

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No atual contexto nacional de redução significativa da atividade econômica, com reflexo direto no resultado das empresas, podemos afirmar que o desempenho da Corsan foi satisfatório, com o crescimento de lucro da ordem de 27% em relação ao ano anterior. Mesmo com a descontinuidade dos repasses do Governo Federal, por meio do Orçamento Geral da União – OGU, a Companhia deu continuidade aos investimentos já em andamento, como forma de não paralisar importantes obras. Para isso, utilizou recursos próprios, fazendo-se necessária uma readequação do seu fluxo de caixa para atender a totalidade dos compromissos assumidos. Obras importantes foram entregues, principalmente nos grandes sistemas e em regiões fundamentais do ponto de vista da população beneficiada e dos impactos ambientais proporcionados. Regiões tais como a Metropolitana, o Litoral Norte e a Serra Turística foram consideradas estratégicas e de intervenção prioritária por parte da Companhia. A gestão investiu na Governança, com a criação das áreas responsáveis pela avaliação dos riscos, de compliance e controles internos, para dar segurança e transparência às suas ações, antecipando-se à legislação que seria aprovada posteriormente. Um setor de auditoria foi constituído para dar apoio tanto às decisões do Conselho de Administração como para verificar a implementação e os resultados obtidos por elas. Comprometida com a ampliação dos serviços, elaborou um Plano de Expansão dos Sistemas de Esgotamento Sanitário que prevê a sua universalização em 2040, mas com saltos significativos da implantação da infraestrutura nos primeiros 10 anos. Para tanto, foi estruturada uma Parceria Público Privada para a Região Metropolitana de Porto Alegre, com investimentos na ordem de R\$ 1,6 bilhão, que permitirá chegarmos ao ano de 2027 com um atendimento sanitário de 97% da população. No ano em que se comemoram os seus 50 anos de existência, podemos afirmar que a Corsan vem realizando um grande esforço para atender às expectativas da população gaúcha frente a desafios cada vez maiores, principalmente no que diz respeito à universalização do esgoto, meta muito almejada no Brasil, mas que precisa de um grande volume de recursos para ser atingida.

### INTRODUÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, a Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN submete o Relatório da Administração à apreciação dos acionistas. Acompanham o relatório os pareceres dos auditores independentes, bem como a apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

### A EMPRESA

A Corsan foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o fim de promover a saúde e a qualidade de vida da população por meio da preservação dos recursos hídricos. No ano em que comemorou seu jubileu de ouro, a Companhia manteve sólida a identidade com a sociedade gaúcha, sendo reconhecida em todas as esferas como braço estratégico do Estado para a execução das políticas públicas de saneamento básico. Alinhada às diretrizes da Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação – SOP, a Corsan vem sendo fortalecida institucionalmente pelo governo, seja mediante melhorias e expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, seja pelo aprimoramento de técnicas de planejamento e governança corporativa.

No conjunto de suas práticas de gestão, a Corsan busca constantemente a otimização do desempenho, a proteção às partes interessadas (clientes, investidores, empregados, fornecedores), a transparência nas ações e prestações de contas, e a equidade de tratamento aos acionistas. Como sociedade de economia mista de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, a Corsan tem como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul (com 99,99% do capital social) e como acionistas minoritários as Prefeituras Municipais de Estrela, Carazinho, São Marcos, Muçum, Rosário do Sul, Lajeado, Quaraí e Cerro Largo. Segundo esse modelo societário, são realizadas assembleias gerais de acionistas, as quais versam sobre temas oportunos e relevantes tanto para a Companhia quanto para os acionistas. As assembleias são realizadas em condições de data e horário compatíveis com o acesso das partes, sendo precedidas por convocação dentro dos parâmetros legais, inclusive quanto ao detalhamento da pauta.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

#### Estrutura organizacional

- Conselho de Administração: órgão de deliberação colegiada, com autonomia dentro de prerrogativas e responsabilidades estabelecidas pelo Estatuto Social da Corsan e pela legislação, atuando de forma a orientar os atos de gestão da Diretoria Executiva, proteger o patrimônio da Companhia e promover a realização do objeto social.
- Conselho Fiscal: a quem cabe representar os acionistas em sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, bem como defender os interesses da Corsan e dos acionistas.
- Diretoria Executiva: responsável por gerir os negócios da Companhia, em sintonia com a visão, missão, valores, objetivos estratégicos e princípios fixados pelos integrantes da gestão. Compõe-se de Diretoria da Presidência, Diretoria Administrativa, Diretoria Comercial, Diretoria de Expansão, Diretoria de Operações, Diretoria Financeira e de Relações com os Investidores e Diretoria Técnica.

Ainda com relação ao organograma, além das Superintendências Funcionais, vinculadas às diretorias, a Companhia mantém dez Superintendências Regionais, cujo objetivo é promover a aproximação entre a gestão dos serviços prestados e os municípios atendidos.

#### Auditoria interna e controles internos, compliance e gestão de riscos

A Corsan prima pelas melhores práticas de controles internos e gestão de riscos, incluindo o gerenciamento integrado dos atos de gestão e dos fatos administrativos e contábeis. Sistemáticamente são realizadas análises, revisões, e são mapeadas fragilidades em todos os níveis da estrutura. A auditoria interna é responsável por averiguar a eficácia dos controles internos e dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de agregar valor e melhorar as operações e resultados da organização. A fim de conferir maior acuidade à Governança Corporativa, em conformidade com a Lei das Estatais<sup>1</sup>, a Companhia adota estruturas autônomas, porém interdependentes, de auditoria interna e de controles internos, compliance e gestão de riscos. No que se refere à auditoria interna, são auditados os atos de gestão das diretorias e respectivas unidades organizacionais, bem como da Fundação Corsan. No âmbito dos controles internos e gestão de riscos, são elaboradas/acompanhadas/revisadas as políticas e estratégias institucionais, com foco na proposição de medidas corretivas à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração, ante eventuais deficiências detectadas nos processos da empresa.

#### Gestão da governança corporativa

Dentre as ações desenvolvidas em 2016, destacam-se: a revisão do Regimento Interno, a estruturação dos laboratórios regionais de esgoto; a implantação da unidade de saneamento especial de Santa Maria; a normatização das jornadas de trabalho e respectivos controles; a elaboração da matriz de riscos e respectiva política de riscos da empresa; e a representação institucional da Companhia no grupo de trabalho do governo do Estado, cuja finalidade é regulamentar a Lei das Estatais no Rio Grande do Sul. Ainda com relação à Lei das Estatais, salientam-se ações como a implantação do Código de Conduta Ética; a criação de políticas institucionais de divulgação de informações, de distribuição de dividendos e de relacionamento com fornecedores; o Plano de Negócios da Corsan para 2017 e a Estratégia de Longo Prazo; e a realização do Seminário de Governança Corporativa, que contou com representantes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, diretores, superintendentes e chefes das principais unidades de saneamento.

### ANÁLISE CONJUNTURAL

#### Contexto legal

A Constituição Federal<sup>2</sup> estabelece como atribuição do Poder Público prestar serviços públicos, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação. Ao Sistema Único de Saúde - SUS<sup>3</sup> compete participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico. Tais ações visam a garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saneamento, promovendo a proteção e a recuperação da saúde dos brasileiros, direito de todos e dever do Estado conforme assegurado no artigo 196 da Constituição.

As condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, bem como para a organização e funcionamento do sistema estão previstas na Lei nº 8.080/1990<sup>4</sup>, onde consta que a União, os Estados e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as atribuições de participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, colaborar na proteção e recuperação do meio ambiente, bem como propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos à saúde, saneamento e meio ambiente.

As diretrizes nacionais para o saneamento básico são estabelecidas na Lei do Saneamento<sup>5</sup>, segundo a qual devem ser observados princípios como da universalização do acesso; da integralidade; do abastecimento de água e esgotamento sanitário de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente; da adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; da eficiência e sustentabilidade econômica; da utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; da transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; do controle social; da segurança, qualidade e regularidade; da integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; da adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

#### Mercado e concorrência

No Brasil, o setor de saneamento básico está concentrado principalmente em operadores públicos. No Rio Grande do Sul, a Corsan presta serviço de abastecimento de água a cerca de seis milhões de gaúchos, ou seja, dois terços da população do estado, distribuídos em 316 municípios. Quanto ao esgotamento sanitário, a Companhia está em plena expansão, atendendo a cerca de 700 mil pessoas, em 50 municípios do estado, com sistema instalado. A prestação dos serviços de água e esgoto, além de observar a Lei do Saneamento, é regida por contratos de concessão e de programa firmados com os municípios, e por contratos de adesão firmados com os usuários dos serviços. A relação contratual da Companhia com o município e com o usuário conta com a mediação de agências reguladoras.

Não obstante estar inserida em um ambiente de mercado que opera em regime de concessão pública, a Corsan é avaliada por esse mercado no que tange à capacidade de operação e à qualidade da prestação dos serviços às comunidades. Os municípios, no papel de poder concedente, juntamente com os entes reguladores, estipulam o caráter especial dos contratos e da respectiva prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados. Tais condições são estabelecidas sob a forma não só de cláusulas contratuais, mas de compromissos de contratos de concessão/programa e de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMBS). No intuito de aprimorar a gestão dos compromissos, a Corsan está desenvolvendo um módulo específico em seu sistema de planejamento, com foco na otimização e transparência dos processos.

Voltando à análise do mercado, algumas prefeituras têm promovido processos licitatórios nos quais é permitida a participação de companhias e empresas privadas no setor de saneamento, modalidade pela qual optaram os municípios de Uruguaiana e São Gabriel. Por outro lado, algumas companhias de outras unidades da Federação estão alterando seus Estatutos para poderem participar de licitações em outros estados, o que colabora para a intensificação da concorrência. Apesar da mudança gradativa no mercado, a Corsan, por uma questão de logística, é a operadora de maior relevância no contexto estadual, atuando na maioria dos sistemas, com expressiva capacidade de geração de economia em escala mesmo diante dos variados níveis de complexidade de

operação e da heterogeneidade dos aspectos geográficos das regiões.

Diferentemente de outras companhias estaduais de saneamento do Brasil, a Corsan não mantém contrato com a capital, peculiaridade esta que impõe um singular padrão de operação e comercialização. Em contrapartida, a região metropolitana de Porto Alegre é, em sua maioria, atendida pela Companhia.

#### Clientes

A Corsan presta serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário aos seus clientes, sendo remunerada por meio de tarifa consumo, com faturamento mensal. As tarifas praticadas pela Companhia estratificam-se em seis categorias: Residencial Básica, Residencial Social (subsidiada em 60%), Comercial, Comercial C1 (com subsídio que a equipara à tarifa residencial), Industrial e Pública. Apesar da diversidade de categorias, o perfil dos clientes é essencialmente residencial, seja do ponto de vista do cadastro (89,6% do total de economias ativas são residenciais ou residenciais sociais), seja do ponto de vista do faturamento (81,8% do faturamento mensal advém das economias residenciais).

#### Fornecedores

Na qualidade de companhia de economia mista, a Corsan relaciona-se com seus fornecedores por meio de processos licitatórios, regidos pela Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei 12.462/11 e Lei 13.303/16. Dentre concorrências, pregões e tomadas de preço, foram realizados aproximadamente 340 certames em 2016, totalizando mais de meio bilhão de reais em valores licitados e/ou contratados. Na condução dos processos licitatórios, bem como na gestão dos contratos deles advindos, a Corsan compromete-se a obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estabelecendo assim um relacionamento com fornecedores de bens e serviços baseado nos princípios da probidade administrativa. Dentro desse escopo de prescrições legais e premissas de gestão, a Companhia colhe, junto às empresas contratadas, o trabalho infantil (exceto como menor aprendiz a partir de 14 anos), além do emprego de menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### Ambiente regulatório

A Lei do Saneamento norteia a prestação dos serviços pela Corsan inclusive no âmbito da regulação. Os contratos de programa têm sua regulação a cargo das agências reguladoras dos serviços públicos, por meio de convênios firmados diretamente com os municípios. A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS regula a maioria dos contratos da Companhia. Fora a AGERGS, o Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - PRÓ-SINOS regula os contratos da maioria dos municípios integrantes da bacia do Rio dos Sinos. Além desses dois entes reguladores, registram-se a Agência Reguladora de Erechim - AGER e a Agência Reguladora de Serviços Delegados de São Borja - AGESB.

Para atender aos quesitos legais, a contabilidade regulatória é o instrumento de geração das informações necessárias à regulação dos serviços de saneamento. A Lei do Saneamento<sup>6</sup> determina que os prestadores de serviços de saneamento que atuam em mais de um município, ou que prestam distintos serviços públicos de saneamento básico em um mesmo município, mantenham sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada município. A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação do sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as premissas legais. Nesse horizonte, a Corsan observa o que estabelece a Lei, adotando o plano de contas homologado pelos entes reguladores.

#### TRANSPARÊNCIA

##### Acesso à informação

A Corsan disponibiliza informações ao mercado, aos acionistas e a membros do Conselho Fiscal, sem limitações, referentes a exercícios anteriores, desde que tais informações tenham relação com questões atuais em análise ou se refiram a partes interessadas, observando que não seja violado o sigilo previsto em lei.

##### Portal da Transparência

A Corsan entende que a prestação de contas para os usuários e para a população em geral é um direito pleno da sociedade civil. Como empresa pública de saneamento, tem o compromisso de divulgar sistematicamente informações atualizadas, e de tornar seus processos cristalinos aos olhos da sociedade. Nesse sentido, e integrada à política de transparência da gestão pública estadual, a Companhia disponibiliza informações sobre gastos e receitas, além de outras informações úteis aos cidadãos, no Portal da Transparência Corsan, <http://www.transparencia.corsan.com.br>.

##### Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, é o maior portal de informações do setor de saneamento brasileiro, com uma base de dados e indicadores sobre a prestação de serviços de água, esgoto e de resíduos sólidos. A Corsan fornece anualmente ao SNIS dados de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade relativos aos serviços de água e esgoto. As informações prestadas são públicas e disponibilizadas gratuitamente a qualquer interessado.

##### Acordo de Resultados e PPA

O Acordo de Resultados é um instrumento de governança utilizado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de estabelecer os principais compromissos dos órgãos de governo, representados por ações planejadas, indicadores e metas que devem ser cumpridos ao longo do ano. As finalidades do Acordo são: reforçar a macroestrutura de governança do estado; promover a cultura de gestão por resultados; alinhar e priorizar as ações e os resultados estratégicos das secretarias e demais órgãos vinculados ao governo do estado; propiciar o acompanhamento da gestão com base em informações objetivas e transparentes; fortalecer o processo de supervisão e melhorar o uso dos recursos públicos; aperfeiçoar os processos de planejamento estratégico e estabelecimento de metas de desempenho compatíveis com as políticas públicas, programas setoriais e disponibilidade financeira; promover o planejamento e a gestão por resultados no âmbito da administração pública estadual, estimulando, valorizando e destacando servidores, dirigentes e órgãos que alcancem suas metas e atinjam os resultados previstos; dar transparência às metas e às ações e facilitar o controle social sobre as atividades de governo.

O Acordo de Resultados 2016 foi monitorado sob dois ângulos: pela medição de um conjunto de projetos de expansão, e por 14 indicadores estratégicos conforme segue:

- Índice de atendimento urbano com serviços de abastecimento de água em municípios operados pela Corsan;
- Índice de atendimento urbano efetivo com serviços de esgotamento sanitário referido aos municípios operados pela Corsan;
- Índice de regularidade dos contratos de prestação de serviços de saneamento firmados pela Corsan com os municípios concedentes;
- Razão Operacional sem Receita de Construção;
- Índice de Perdas de Faturamento;
- LAJIDA/EBITDA Sem Margem de Construção;
- Margem de investimentos com recursos próprios;
- Produtividade de pessoal para sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário;
- Índice de perdas de água na distribuição;
- Índice de micromedição;
- Índice de medição dos investimentos em expansão de sistemas de água e esgoto, com recursos captados do PAC;
- Índice de medição dos investimentos em expansão de sistemas de água e esgoto, licitados e contratados com recursos do PAC;
- Índice de execução anual dos investimentos com recursos próprios e de terceiros em expansão de sistemas de água e esgoto;
- Reclamações de falta de água.

Além do Acordo de Resultados, a Corsan está inserida no Plano Plurianual do Governo do Estado para o quadriênio 2016-2019 (PPA 2016-2019)<sup>7</sup>, elaborado e coordenado pela então Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (SEPLAN). O plano configura-se como instrumento legal que define diretrizes, objetivos e metas da administração estadual, organizado por meio de programas dispostos em eixos. A Corsan insere-se no PPA 2016-2019 no âmbito do Eixo de Infraestrutura e Ambiente.

### ESTRATÉGIAS E VISÃO DE FUTURO

As estratégias e a visão de futuro da Corsan estão contempladas no planejamento estratégico da Companhia - na missão, na visão e nos valores:

- Missão: Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua, cumprindo o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas;
  - Visão 2016-2019: Em 2019, manter a universalização da cobertura de água e atender 30% da população urbana com a utilização do sistema de esgotamento sanitário de modo sustentável e com a garantia da satisfação dos clientes;
  - Visão 2030: Em 2030, ser reconhecida pela universalização dos serviços de abastecimento de água, por atender 70% da população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário, pela excelência dos seus serviços e produtos e pela consolidação de novos negócios;
  - Valores: Sustentabilidade, responsabilidade social, ética, transparência, produtividade, segurança e eficiência, gestão compartilhada, valorização das pessoas e integração entre as áreas.
- O planejamento estratégico desdobra-se em 18 objetivos estratégicos, distribuídos em quatro perspectivas interdependentes: financeira, clientes, processos, aprendizagem e crescimento. Vinculados aos objetivos estratégicos, a Companhia monitora um conjunto de 49 indicadores e desenvolve 42 projetos estratégicos. Dentre os projetos estratégicos, destacam-se como oportunidades de negócio:
- Gestão dos resíduos sólidos das Estações de Tratamento de Água (ETA) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), com análise de novos produtos;
  - Produção de energia limpa;
  - Implantação dos sistemas misto e individual para esgotamento sanitário;
  - Soluções ambientais e tecnológicas para novos clientes (água de reuso, recebimento de efluentes industriais);
  - Recepção de efluentes externos a partir da capacitação das Estações de Tratamento de Esgoto em conformidade com a legislação ambiental.

Com o propósito de dotar a Companhia de uma estrutura de apoio à gestão de projetos, bem como de seu monitoramento, foi criado o Escritório de Gerenciamento de Projetos Estratégicos - EGPE. Dentre os benefícios dessa estrutura, destacam-se: a promoção da cultura de gerenciamento de projetos pela perspectiva de melhoria de métodos e processos; o acesso a melhores práticas; a promoção da gestão integrada e transversal; e a melhoria da comunicação entre as áreas gestoras dos projetos.

### PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

Como reflexo da constante busca de aperfeiçoamento dos processos, a Corsan vem obtendo reconhecimento sob a forma de premiações e certificações:

- Empresa pública preferida - a Corsan foi premiada como a empresa pública preferida e a 3ª mais lembrada pelo povo gaúcho.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Realizado pela Qualidade Pesquisas e Conhecimento Estratégico e publicado pelo Jornal do Comércio, o prêmio Marcas de Quem Decide é o mais abrangente estudo de reconhecimento de marcas do sul do Brasil.

- 6ª empresa do Brasil em infraestrutura - a 43ª edição do anuário Maiores & Melhores, da revista Exame consagrou a Corsan como a 6ª empresa do Brasil em infraestrutura e única gaúcha destacada nesse setor. A Companhia também foi reconhecida como a 38ª entre as 100 maiores empresas da Região Sul. Ela está no 298º lugar entre as 1.000 maiores empresas em atuação no Brasil.
- Destaque no anuário Valor 1000 - a Corsan obteve posições de destaque na 16ª edição do anuário Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico. A Companhia conquistou a 257ª posição entre as mil maiores empresas do país e o 8º lugar entre as dez organizações de melhor desempenho no setor Água e Saneamento. Nesse setor, a empresa obteve também as seguintes colocações: 3ª em cobertura de juros, 4ª em rentabilidade, 6ª em receita líquida e 9ª em crescimento sustentável.
- Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) – Troféu Bronze: as Superintendências Regionais dos Sinos (SURSIN) e Metropolitana (SURMET) foram reconhecidas com o Prêmio Troféu Bronze Nível I do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) 2016. O prêmio é uma iniciativa da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) para estimular a busca e a aplicação de boas práticas de gestão e melhoria dos resultados das organizações que atuam no saneamento ambiental do país.
- 16ª maior empresa do Estado: a Corsan ocupa posição de destaque no tradicional ranking Grandes & Líderes – 500 Maiores do Sul. A Companhia foi premiada como a 16ª maior empresa do Estado. Na listagem da região Sul, conquistou o 2º lugar no setor Serviços Públicos e a 39ª colocação geral. Realizado pela revista Amanhã com apoio técnico da PwC, o ranking é um detalhado panorama empresarial da região.
- Prêmio de Responsabilidade Social - a Corsan recebeu medalha do Prêmio de Responsabilidade Social de 2016. A distinção refere-se à categoria Entidade Governamental pela realização de projetos voltados para o bem-estar social e a preservação do meio ambiental. O prêmio é uma parceria entre a Assembleia Legislativa e organizações da sociedade civil.
- Recertificação da Superintendência de Tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico - SITEL, com reconhecimento em nível nacional e internacional, de conformidade com a norma ABNT NBR ISO 14001:2004, por meio da Fundação Carlos Alberto Vanzolini - FCAV/USP.

### DIMENSÃO INSTITUCIONAL

#### Planejamento, orçamento e gestão estratégica de compromissos com o poder concedente

Para aprimorar os processos de planejamento, orçamento e gestão, em especial no que tange a compromissos assumidos nos contratos de programa e planos municipais de saneamento, a Corsan vem desenvolvendo o Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica – SISPLAN. Esse sistema oferecerá aos usuários a visibilidade e as ferramentas de controle necessárias, integradas aos demais sistemas de informação da Companhia, para que, a partir dos compromissos, sejam gerados os planos de ação por município e segmento, bem como as consequentes demandas às áreas executoras.

#### Operação Verão

- A Corsan participa ativamente da tradicional Operação Verão coordenada pelo governo do estado, em especial em três frentes:
  - Atendimento ao público: a Companhia desloca temporariamente parte dos funcionários de outras regiões do estado para o litoral, onde a demanda por atendimento comercial, operacional e de eventos é bastante grande na temporada de verão, período em que municípios da região praticamente triplicam sua população.
  - Eventos: no que tange a eventos apoiados e/ou patrocinados, destacam-se projetos voltados à prática de atividades esportivas e aos cuidados com o meio ambiente, tais como: Projeto Mais Verão SBT, em Imbé; Projeto Super Vôlei, em Tramandaí; Projeto Verão para Todos, abrangendo praias dos litorais norte e sul.
  - Serviço diferenciado: além do abastecimento de água e do esgotamento sanitário (prestados mediante contrapartida tarifária), a Corsan oferece aos veranistas um serviço gratuito: a disponibilização de chuveiros ao longo da orla. A iniciativa, inédita na região sul do Brasil, contribui tanto para o conforto da população quanto para o fortalecimento da marca Corsan junto à comunidade.

#### Cobrança pela disponibilidade da rede de esgoto

A Corsan vem concentrando seus investimentos na expansão do sistema de esgotamento sanitário, bem como realizando ações de conscientização ambiental em paralelo à realização das obras. Entretanto, frustram-se os investimentos em infraestrutura na medida em que os usuários resistem à conexão ao sistema. No sentido de equacionar esse impasse, que significativo prejuízo causa ao meio ambiente e à efetividade do investimento público, iniciou-se, ainda em 2014, um trabalho conjunto entre Corsan, Agergs e Ministério Público, voltado à definição da cobrança pela disponibilidade da rede de esgoto. As discussões foram pautadas pelos preceitos da Lei de Saneamento e do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, com a finalidade de adotar medidas de incentivo à conexão do imóvel à rede, o que se reflete na melhoria da saúde pública, no controle da poluição hídrica e do solo. Em novembro de 2016, a Agergs aprovou a Resolução Normativa 35/2016, que disciplina a cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento sanitário operado pela Corsan, estabelecendo incentivos aos usuários a partir da aplicação de percentuais regressivos de desconto sobre o valor da tarifa. Segundo a normativa, o usuário que não conectar o imóvel nos prazos estipulados, passará a pagar pela disponibilidade do sistema, tornando-se um poluidor pagador. Uma vez regulamentada, a cobrança pela disponibilidade passou à fase de implantação nos processos da Companhia.

#### Interface com o Judiciário

- Considerando que atos e fatos da administração têm desdobramentos no âmbito judicial, merecem destaque:
  - Uniformização de Jurisprudência pertinente a promoções de classe da Corsan, questão submetida ao Pleno do Tribunal Regional do Trabalho, ocasião em que a Companhia foi vitoriosa;
  - Novo Termo de Compromisso Ambiental (TCA) para a regularização ambiental das estações de tratamento de água licenciadas pela FEPAM, no que diz respeito à implantação dos sistemas de tratamento do lodo gerado pelas estações licenciadas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM;
  - TCA celebrado com a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, para conversão de 15 mil mudas de vegetação nativa devidas pela Corsan em pecúnia de R\$128 mil a serem repassados ao município de Viamão, decorrentes de reposição florestal obrigatória na área das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário Alvorada/Viamão. A celebração do TCA, além de proporcionar a compensação ambiental, ensejará o cumprimento da Licença de Instalação do empreendimento;
  - Ações junto aos Municípios para o reconhecimento da imunidade tributária. Como exemplo pode ser citado o êxito obtido junto ao Município de Canoas quanto ao IPTU e ao ISSQN;
  - Pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial, junto à Secretaria da Receita Federal, passo antecedente à compensação de valores considerados como indevidamente recolhidos à União.

### DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

#### Gestão de pessoas

Considerando as 756 admissões efetivadas em 2016, a Corsan encerra o ano com um total de 5.943 empregados. Para promover a qualidade de vida de seus trabalhadores, em especial no que se refere à preservação da saúde e integridade física, são premissas da gestão: observar os aspectos de segurança do trabalho inseridos no processo produtivo; identificar, avaliar e gerenciar riscos relacionados ao trabalho; assegurar a conformidade com a legislação vigente de segurança e saúde do trabalho. Com referência ao Acordo Coletivo de Trabalho, as negociações resultaram na manutenção das vantagens e na continuidade da recuperação de perdas, com o reajuste salarial pelo INPC, de forma parcelada. O reajuste foi acordado em percentuais e datas diferenciadas para parcelas salariais, gratificações e benefícios, de modo que não houvesse perda salarial e que o custo permanecesse entre o valor orçado e autorizado pelo Governo Estadual. O acordo foi homologado a partir de um consenso entre as partes, adaptado à atual situação financeira que o País vivencia. Sobre políticas de incentivo, destaca-se a manutenção do Programa de Participação nos Lucros e nos Resultados (PPLR), o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV) e o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA), todos em observância à realidade econômico-financeira da empresa.

#### Aprendizagem e crescimento

A Corsan prepara-se para implantar uma política de gestão de pessoas orientada para os resultados. Alinhada a essa perspectiva, foi criada a Universidade Corporativa (UNICORSAN), com foco na gestão do conhecimento, buscando a identificação, disseminação, retenção e desenvolvimento do conhecimento por meio de diversas ações de educação corporativa. Além disso, a UNICORSAN configura-se como ferramenta de suporte ao processo sucessório nos diferentes níveis hierárquicos da Companhia. Foram geradas mais de quatro mil oportunidades de capacitação, dentre as quais se destacam: Curso Básico de Tratamento de Água e Esgoto, com objetivo de agregar conhecimento técnico e aperfeiçoar a execução das práticas de laboratório e operação dos sistemas de tratamento de água e esgoto; Programa Integrar, consistindo em um conjunto de ações para que o recém-admitido seja inserido psicologicamente e funcionalmente na sua unidade organizacional de lotação; Curso de Nivelamento de Gestores, capacitando os Chefes de Unidades para a melhoria de gestão de processos e pessoas; Gestão Classe Mundial, capacitando lideranças e profissionais seniores nos critérios do Modelo de Excelência de Gestão, utilizando a metodologia do PNQS; Almoxarifado e Inventário Físico, aprimorando controles, registros e acuracidade dos inventários de materiais; Formação de Agentes de Serviços Operacionais em Ações Comerciais Integradas, qualificando empregados recentemente incorporados aos quadros da empresa para desempenhar os serviços operacionais com eficiência; cursos na área de segurança do trabalho, com objetivo de atender à legislação vigente quanto às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; Treinamento do Sistema Móvel de Serviço – SMS, com objetivo de habilitar os agentes operacionais à nova tecnologia, bem como capacitar os agentes comerciais (atendimento e retaguarda) a operar com o novo módulo do sistema comercial.

#### Logística de suprimentos

Os seus processos de aquisição e consumo de material foram automatizados, implementando o controle através de indicadores. Além disso, foram centralizados os processos de compras, abrangendo os pedidos das Superintendências Regionais e de todos os setores da Diretoria Administrativa. Nas Unidades Polo foram abertos almoxarifados, o que possibilitou o retorno para o sistema de R\$15 milhões em materiais. Adotou-se o ponto de pedido®, e se instituiu a curva XYZ®, para melhor controle dos materiais. Na esteira das melhorias implementadas na gestão dos suprimentos, foi realizado o primeiro leilão de descarte da Companhia, contemplando materiais de informática.

### DIMENSÃO COMERCIAL

A sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos de saneamento básico deve ser assegurada mediante o pagamento de tarifas, que visam à remuneração pela prestação dos serviços, observando a modicidade tarifária. Para viabilizar o equilíbrio, a política de subsídio cruzado praticada pela Corsan permite não apenas a manutenção do mercado, mas torna possível o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente àquelas menos desenvolvidas economicamente. Foram disponibilizados mais de 530 milhões de metros cúbicos de água potável a 2,5 milhões de economias ativas. O consumo médio mensal superou a marca de 9 m³ por economia e o índice de universalização do serviço (NUA) chegou a 96,05%. No que se refere a esgotamento sanitário, o índice de universalização (NUE) chegou a 13,55%.

Segmento	Economias		
	2015	2016	% Crescimento
Abastecimento de Água	2.525.930	2.584.006	2,30%
Esgotamento Sanitário	318.095	354.123	11,33%

Volume de Água Disponibilizado (m³)	2015	2016	% Crescimento
		520.518.834	530.880.225

Além do incremento de economias e volumes, como forma de assegurar a sustentabilidade econômica, a Companhia busca constantemente potencializar seus recursos, aprimorando processos. Nessa perspectiva, merecem destaque ações como:

- Otimização da medição: mediante a aquisição de medidores com o propósito de deixar o parque de hidrômetros com idade média de 3,5 anos. O índice de micromedição chegou a 98,81%;
- Redução da evasão de clientes: por meio da revalidação do Termo de Cooperação com o Ministério Público do Rio Grande do Sul e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, para coibir o uso de fontes irregulares;
- Captação de clientes em esgotamento sanitário: através da revisão de mais de 65 mil ligações factíveis, com vistas à notificação para ligação, com a viabilização da ligação intradomiciliar;
- Automatização da interface comercial com o cliente: pela implantação do Sistema Móvel de Serviço – SMS, cujo objetivo é operação dos principais módulos comerciais de contato com o cliente, permitindo processar, em tempo real a atualização das informações relativas aos serviços executados em campo;
- Controle da inadimplência: com a manutenção da inclusão de usuários inadimplentes em órgãos de restrição ao crédito, bem como da emissão de segundo comunicado aos CPF/CNPJ negativados somente na Corsan, ações que geraram um retorno de 15% da dívida negativada;
- Otimização de serviços e relacionamento: mediante a disponibilização de envio de faturas por e-mail, proporcionando redução de emissão da fatura em papel e custos com Correios;
- Atualização cadastral: por meio do processo massivo de revisão de cadastro específico nas economias atendidas, tendo como resultado o incremento de 28 mil economias faturadas além do crescimento vegetativo natural.

### DIMENSÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

Para manter e avançar nos níveis de universalização de água e esgoto com sustentabilidade e transparência, a Corsan mantém o foco na melhoria dos processos também nas áreas técnica e operacional. Nessa dimensão, merecem destaque ações como:

- Tecnologia da informação e Comunicação (TIC): manutenção do parque de TIC da Corsan; adequação do link de dados em fibra ótica do Call Center; transferência do Data Center da sede da Companhia para uma instalação privada, atendendo aos requisitos técnicos de disponibilidade e segurança dos sistemas e dados; aprovação de Política de Segurança da Informação e Comunicação, atendendo a orientação do Governo do Estado.
- Integração com Sistema Móvel de Serviços – SMS: desenvolvimento dos procedimentos operacionais para o SMS e Tablet, para geração e controle das ordens de serviços operacionais e comerciais.
- Canais de Relacionamento com o Cliente:
  - Teletendimento ativo e chat: foi agregado ao atual serviço de Call Center o teletendimento ativo (permitindo realizar ligações telefônicas para comunicar débitos a clientes) e o atendimento via chat no site da Corsan (atendendo a exigência legal de acessibilidade para clientes com deficiência auditiva);
  - Avaiiação externa e monitoramento do Teletendimento: o canal de teletendimento obteve uma nota de satisfação 78,03 (sobre 100 pontos possíveis) em enquête eletrônica realizada ao longo de todo ano;
  - Monitoramento do teletendimento: com o intuito de inspecionar e corrigir eventuais desvios nos procedimentos, a Corsan monitora sistematicamente gravações de ligações realizadas para o Call Center e postagens em redes sociais;
  - Atendimento presencial – gerenciamento de filas: após projeto-piloto em Canoas, a Corsan investe em sistema automatizado de gerenciamento de filas para 40 Unidades de Saneamento;
  - Mensagem de Texto para celulares: além das comunicações de falta de água, o serviço passa a abranger o envio de reaviso de débitos, dicas sobre a utilização dos serviços e convites para participação nas reuniões comunitárias do Trabalho Técnico Social;
- Tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico:
  - Implantação de sistema de turbilhonamento para a remoção dos compostos orgânicos voláteis na chegada do efluente bruto;
  - Assinatura de Termo de Cooperação com a Universidade de Rio Grande para desenvolvimento de sistema de respirometria on-line, único no Estado, que permitirá obter informações sobre o desempenho da ETE em um tempo 300 vezes menor do que o dos procedimentos atualmente utilizados, aumentando a eficiência e reduzindo significativamente as despesas com energia elétrica;
  - Parceria com as Indústrias do Polo Petroquímico do Sul e FEEVALE no Projeto de Produção de Água de Reúso;
  - Aumento do recebimento de lixiviado de 150 para 200m³/dia;
  - Implantação de aterro de resíduos da construção civil no Sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos do Polo Petroquímico (SICECORS) e ampliação da licença para recebimento de resíduos Classe I de 300 para 500 m³/mês;
  - Conclusão das obras de duplicação da ETA, aumentando sua produção de 30 para 60 L/s e substituindo 8 mil metros de adutoras de água bruta e tratada;
  - Conclusão das obras de modernização do Departamento de Central de Tratamento dos Efluentes Líquidos do Complexo Automotivo GM (CETEL), e início da operação do novo processo de tratamento baseado na utilização de lodos ativados, ampliando a capacidade de atendimento às necessidades do Complexo Automotivo da General Motors.

### DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

No âmbito da expansão dos sistemas, em especial os de esgotamento sanitário, a Companhia atua nas áreas beneficiadas desde antes do início das obras. O trabalho socioambiental realizado nas comunidades consiste primeiro em conhecer e entender a população por meio de um diagnóstico socioterritorial, balizador do trabalho a ser realizado posteriormente. Uma vez iniciadas as obras, as pessoas são informadas sobre o andamento e importância dos empreendimentos; em paralelo, são trabalhadas questões de educação ambiental e saneamento. Em visitas domiciliares, reuniões comunitárias e outras atividades, as equipes de campo estabelecem um vínculo com a comunidade, fortalecendo a confiança no trabalho realizado e no controle social. Foram realizadas mais de 11 mil visitas domiciliares em diferentes regiões do Estado: Metropolitana, Litoral, Fronteira e Missões. As Prefeituras Municipais são os principais parceiros locais do trabalho socioambiental, que também articula associações de moradores, escolas, igrejas, Ministério Público e outros órgãos. O objetivo maior é conscientizar a população acerca dos benefícios, tangíveis e intangíveis, que os investimentos proporcionam, incentivando assim a ligação ao sistema público. Mais de 1.500 pessoas foram mobilizadas em reuniões comunitárias.

### DIMENSÃO DA EXPANSÃO DOS SERVIÇOS

#### Plano de expansão

Faça à necessidade de definir o cenário futuro atrelado a uma estratégia de investimento em esgotamento sanitário para médio e longo prazo suficiente para atingir a universalização dos serviços, a Corsan aprovou metodologia que estabelece parâmetros, critérios e metas de atendimento para o plano de expansão do sistema de esgotamento sanitário nos 316 municípios atendidos. Tal estudo levou em consideração as metas estabelecidas para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANAB, com vistas à universalização do sistema em 2033, com 96% da meta final para a Macrorregião Sul, no que tange ao indicador de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários. Para que a Companhia atenda à meta do PLANAB e universalize o sistema de esgotamento sanitário no prazo, são necessários investimentos na ordem de R\$ 10,8 bilhões. Para a implementação da metodologia aprovada, fez-se necessária a convergência das diretrizes estabelecidas pelo plano de expansão, dos Planos Municipais de Saneamento Básico e do Plano Estadual de Saneamento Básico.

#### Plano de investimentos

Fonte/Período	Plano de Investimentos Plurianual								
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Contrapartida	32.810	72.300	74.964	52.115	19.260	3.620	-	-	255.069
Financiado	124.300	207.228	185.256	190.703	136.631	98.097	91.387	64.791	1.098.392
Próprio	207.003	100.927	80.699	51.043	3.571	-	-	-	443.243
Repasse	60.320	94.599	133.797	116.411	87.353	74.090	64.356	64.356	695.282
<b>Totais</b>	<b>426.450</b>	<b>475.054</b>	<b>474.715</b>	<b>410.273</b>	<b>246.815</b>	<b>175.807</b>	<b>155.743</b>	<b>129.147</b>	<b>2.491.987</b>

Base: Sistema AGE PCP e PLP em milhares

#### Parceria Público-Privada (PPP)

Diante dos compromissos firmados visando à universalização do serviço de esgotamento sanitário, a Corsan estuda modelos de negócio que possibilitem alternativas de financiamento desse setor do plano de expansão. O modelo de parceria público-privada configura-se como solução promissora, primeiramente por atribuir ao parceiro privado a responsabilidade pela captação dos recursos necessários para investimentos previstos no escopo do projeto. Em segundo lugar, por não haver um formato rígido de negócio, possibilitando que a modelagem tenha aderência às necessidades estratégicas da Companhia, em especial quanto à transferência operacional da prestação de serviços, o que permite desenhar um modelo de parceria com maior ganho de eficiência. A partir dessa premissa, a Corsan concluiu o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), que resultou na modelagem da PPP para contratação do modelo de concessão administrativa para nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre: Canoas, Gravataí, Cachoeirinha, Esteio, Sapucaia do Sul, Guaíba, Eldorado do Sul, Alvorada e Viamão.

### DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

#### Financiamentos

As obras e projetos com recursos financiados/repases captados nos exercícios anteriores foram mantidas em execução. Com relação ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, os valores originalmente contratados são da ordem de R\$ 2,84 bilhões, sendo R\$ 2,66 bilhões de financiamento/repasse e R\$ 180,6 milhões de contrapartida. Os recursos do PAC são provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tendo como principais agentes financeiros a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fora do âmbito do PAC, estão vigentes os contratos de financiamento/repasse a seguir:

- Contratado aguardando início da execução das obras:
  - Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCEM, na ordem de US\$ 2,5 milhões, cujos recursos destinam-se ao

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- sistema de esgotamento sanitário de Aceguá;
- Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, promovido pela Agência Nacional de Águas – ANA, na ordem de R\$ 5,1 milhões, cujos recursos destinam-se ao sistema de esgotamento sanitário de Erechim.
- Em fase de encerramento da execução do objeto:
  - Debêntures – BNDES, na ordem de R\$ 66 milhões com recursos destinados para obras em SAA, SES e Desenvolvimento Operacional em diversas localidades.
- Em fase de consulta aos agentes financeiros:
  - Debêntures – BNDES, montante de R\$ 308,7 milhões para investimentos em SES, Desenvolvimento Comercial e Operacional;
  - Financiamento – BID, montante de US\$ 486,3 milhões para investimentos em SAA, SES, Modernização Operacional e Fortalecimento Institucional;
  - Financiamento – IN14, montante de R\$ 59,4 milhões para investimentos nos SES dos municípios de Imbé, Xangri-lá e Tramandaí;

### Investimentos realizados

Foram realizados R\$ 273 milhões em investimentos, sendo 40% com recursos de terceiros e 60% com recursos próprios (incluindo as contrapartidas dos financiamentos).

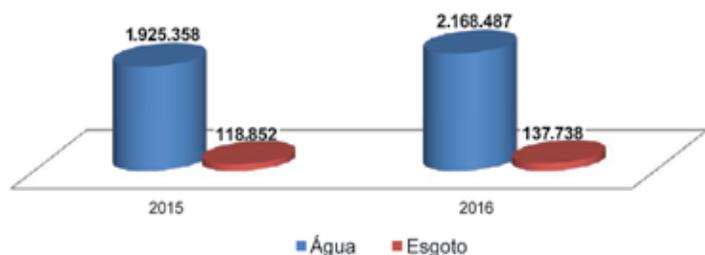
Programa	Origem Recurso		Totais
	Próprios	Terceiros	
Abastecimento de Água	52.953	34.332	87.285
Esgotamento Sanitário	39.233	75.047	114.281
Desenvolvimento Comercial	20.947	-	20.947
Desenvolvimento Empresarial	31.519	-	31.519
Desenvolvimento Operacional	17.567	1.638	19.205
<b>Totais</b>	<b>162.220</b>	<b>111.017</b>	<b>273.237</b>

Base: Sistema AGE em milhares

### Receita Operacional Bruta Direta (água e esgoto)

A receita direta oriunda dos serviços de abastecimento de água representou 94,03% da receita operacional bruta de 2016; enquanto o esgotamento sanitário foi responsável por 5,97% da receita operacional. Comparando essa proporção à receita de 2015 (94,19% em água e 5,81% em esgoto), evidencia-se um leve incremento na participação da receita de esgotamento sanitário no total da receita operacional bruta direta.

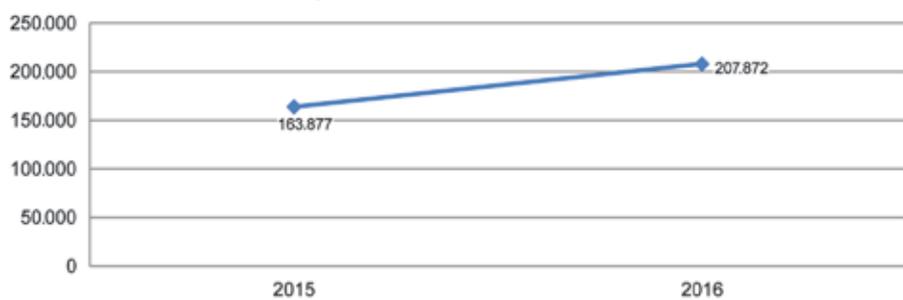
### Receita Operacional Bruta Direta (em milhares de reais)



### Lucro Líquido do Exercício

Comparando-se os últimos dois anos, evidencia-se que o lucro líquido do exercício de 2016 apresenta variação positiva de 26,84% em relação a 2015.

### Lucro Líquido do Exercício (em milhares de reais)



### Endividamento Líquido

O endividamento geral da Companhia referente a empréstimos e financiamentos atingiu R\$ 495 milhões em 2016 e R\$ 460 milhões em 2015, conforme quadro a seguir:

	2015	2016
Endividamento de curto prazo	60.111	62.253
Endividamento de longo prazo	399.933	433.619
<b>Total</b>	<b>460.044</b>	<b>495.872</b>
Disponibilidades	52.961	43.669
Endividamento Líquido	407.083	452.203
Endividamento Líquido (Endividamento Líquido/Patrimônio Líquido)	24,29%	23,69%

em milhares

### Composição do LAJIDA (EBITDA)

A Margem Líquida, indicador que expressa a relação entre o lucro líquido e a receita líquida de vendas, chegou a 15,48% em 2015. Em 2016, a Margem Líquida ficou em 13,39%.

	2015	2016
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	220.072	254.784
(+) Despesas Financeiras	95.336	75.536
(-) Receitas Financeiras	-90.291	-119.633
(+) Depreciações e Amortizações	96.918	105.443
LAJIDA	322.035	316.130
Margem Líquida	15,48%	13,39%

em milhares

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa Auditlink e Cia. Auditores, cujo contrato foi renovado por mais doze meses. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações contábeis.

### AGRADECIMENTOS

A Corsan agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação - SOP, aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência nos relacionamentos, a qual tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2016.

Porto Alegre, 13 de março de 2017.  
Administração da CORSAN

<sup>1</sup> Lei Federal 13.303, de 30 de junho de 2016.

<sup>2</sup> Art. 175 da Constituição Federal.

<sup>3</sup> Art. 200, inciso IV da Constituição Federal.

<sup>4</sup> Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, Art. 18.

<sup>5</sup> Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Art. 2º.

<sup>6</sup> Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Art. 18.

<sup>7</sup> Instituído pela Lei Estadual 14.755, de 20 de outubro de 2015.

<sup>8</sup> O ponto de pedido é a quantidade em estoque que uma vez atingida, inicia o processo de compra ou produção, considerando o consumo médio mensal, o tempo de reposição e o estoque de segurança.

<sup>9</sup> A classificação XYZ avalia o grau de criticidade ou imprescindibilidade dos itens no desenvolvimento das atividades realizadas, com objetivo de otimizar a gestão de estoques.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>564.378</b>	<b>486.035</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.586	21.152
Aplicações financeiras	5	13.083	31.809
Contas a receber de clientes	6	299.631	272.110
Estoques	7	95.115	66.427
Depósitos judiciais	18	108.686	72.815
Impostos a recuperar		10.263	12.187
Outros créditos	9	7.014	9.535
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>3.706.916</b>	<b>3.427.083</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
		<b>920.290</b>	<b>810.263</b>
Contas a receber de clientes	6	4.499	4.716
Depósitos judiciais	18	163.556	149.025
Aplicações financeiras	5	55.343	46.057
Aplicações no caixa único do estado		157	729
Ativos financeiros - contratos de concessão	10	402.336	322.819
Créditos fiscais diferidos	8	284.409	277.296
Depósitos em garantia	15	3.109	3.012
Outros créditos	9	6.881	6.609
<b>INVESTIMENTOS</b>			
		<b>923</b>	<b>914</b>
<b>IMOBILIZADO</b>			
		<b>92.400</b>	<b>88.360</b>
<b>INTANGÍVEL</b>			
		<b>2.693.303</b>	<b>2.527.546</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>4.271.294</b>	<b>3.913.118</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>805.680</b>	<b>640.674</b>
Empréstimos e financiamentos	14	53.164	51.235
Debêntures	15	9.089	8.876
Fornecedores		126.344	121.059
Impostos e contribuições		82.170	53.439
Dívidas com Fundação CORSAN	21.b	35.657	32.181
Ordenados, férias e encargos a pagar		67.589	64.882
Provisões para riscos trabalhistas	18	218.959	139.319
Participação nos resultados		31.994	27.908
Dividendos e juros sobre o capital próprio	21.a	169.362	130.553
Outros Débitos	16	11.352	11.222
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>1.556.707</b>	<b>1.596.667</b>
Empréstimos e financiamentos	14	402.527	361.413
Debêntures	15	31.092	38.520
Dívidas com Fundação CORSAN	21.b	69.329	125.904
Contratos de repasse	17	9.232	9.232
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	18	330.925	290.945
Provisão para benefício pós-emprego	19	700.506	757.134
Débitos fiscais diferidos	8	13.096	13.519
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>1.889.577</b>	<b>1.663.024</b>
Capital social		939.148	939.148
Reservas de capital		17.148	17.148
Reservas de lucros		785.418	687.453
Outros resultados abrangentes		147.863	19.275
Adiantamento para futuro aumento de capital		19.330	12.753
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL</b>			
		<b>1.908.907</b>	<b>1.675.777</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.271.294</b>	<b>3.913.118</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2016	2015
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS</b>			
		<b>2.361.576</b>	<b>2.080.188</b>
Custos das vendas, serviços e de construção	23	(1.520.411)	(1.351.935)
<b>LUCRO BRUTO</b>			
		<b>841.165</b>	<b>728.253</b>
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
		<b>(630.478)</b>	<b>(503.136)</b>
Despesas comerciais	23	(105.741)	(80.267)
Despesas administrativas	23	(523.194)	(416.463)
Outras receitas operacionais		14.232	9.210
Outras despesas operacionais		(15.775)	(15.616)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>			
		<b>210.687</b>	<b>225.117</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>			
		<b>44.097</b>	<b>(5.045)</b>
Receitas financeiras		119.633	90.291
Despesas financeiras		(75.536)	(95.336)
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA</b>			
		<b>254.784</b>	<b>220.072</b>
<b>DO IMPOSTO DE RENDA</b>			
Corrente	8.a	(121.254)	(100.866)
Contribuição social		(33.674)	(27.606)
Imposto de renda		(87.580)	(73.260)
Diferido	8.a	74.342	44.671
Contribuição social diferida		19.649	11.772
Imposto de renda diferido		54.693	32.899
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			
		<b>207.872</b>	<b>163.877</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>			
		<b>0,33882</b>	<b>0,26711</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas	2.561.333	2.259.559
Vendas de mercadorias e serviços	2.311.821	2.065.573
Receitas de construção	205.191	184.066
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	4.441	(7.979)
Outras receitas	39.880	17.899
Insumos adquiridos de terceiros	(886.251)	(769.139)
Custos dos serviços	(709.678)	(695.497)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(135.590)	(87.515)
Outros	(40.983)	13.873
Valor adicionado bruto	1.675.082	1.490.420
Depreciação e amortização	(105.443)	(96.918)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.569.639	1.393.502
Valor adicionado recebido em transferência	131.475	99.078
Receitas financeiras	119.633	90.291
Doações e subvenções	11.842	8.787
Valor adicionado total a distribuir	1.701.114	1.492.580
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	1.013.606	849.157
Remuneração	582.101	567.175
FGTS	31.531	28.357
Benefícios	217.349	191.647
Fundo de previdência	182.625	61.978
Impostos, taxas e contribuições	379.763	360.383
Federal	365.049	346.475
Estadual	11.607	12.004
Municipal	3.107	1.904
Remuneração de capitais de terceiros	99.873	119.163
Despesas financeiras	75.536	95.336
Aluguéis	24.337	23.827
Remuneração de capitais próprios	207.872	163.877
Juros sobre o capital próprio	111.821	54.913
Lucros retidos	96.051	108.964
Total do valor adicionado distribuído	1.701.114	1.492.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		207.872	163.877
Outros resultado abrangentes		128.588	251.753
Realização da reserva de reavaliação		(1.914)	(2.229)
Ganho (perda) atuarial - FUNCORSAN	19	197.731	384.821
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(67.229)	(130.839)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		336.460	415.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	254.784	220.072
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	105.443	96.918
Baixa de imobilizado e intangível	1.941	834
Provisão para devedores duvidosos	(4.441)	7.979
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	73.472	55.138
Provisão para benefício pós-emprego	141.102	5.493
Juros e variações monetárias	48.900	78.189
Rendimento sobre Aplicações Financeiras de Curto Prazo	(8.657)	(12.599)
Ajuste a valor presente sobre clientes	(204)	(560)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(36.706)	(26.804)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(4.182)	(4.952)
Provisão para tributos diferidos (PIS/PASEP)	(681)	(5.189)
Imposto de renda e contribuição social	(121.254)	(100.866)
Lucro líquido ajustado	449.517	313.653
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Aumento de contas a receber de clientes	(22.659)	(32.763)
Aumento de estoques	(35.400)	(22.508)
Aumento de depósitos judiciais	(50.402)	(45.078)
Redução (aumento) de depósitos SIAC	572	(592)
Aumento de depósitos em garantia	(97)	(300)
Redução de outros créditos	17.171	3.177
Variações nos passivos:		
Aumento de fornecedores	5.285	23.132
Aumento (redução) de impostos e contribuições	28.731	(710)
Redução (aumento) de dívidas com Fundação CORSAN	(33.718)	1.703
Aumento de férias e encargos a pagar	1.543	7.669
Aumento (redução) de participação nos resultados	4.086	(5.825)
Aumento (redução) de outros débitos	1.293	(9.255)
Caixa líquido das atividades operacionais	365.922	232.303
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	18.097	65.828
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(18.782)	(12.059)
Custos de construção - contratos de concessão	(201.009)	(179.114)
Outras aquisições intangível	(91.142)	(84.391)
Caixa líquido das atividades de investimento	(292.836)	(209.736)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	122.232	67.666
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(108.559)	(105.435)
Contratos de repasse	24	5.142
Debêntures - pagamento	(10.914)	(10.878)
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(73.012)	(8.029)
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.577	12.753
Caixa líquido das atividades de financiamento	(63.652)	(38.781)
(Aumento) Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.434	(16.214)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.586	21.152
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.152	37.366
Variação de caixa e equivalentes de caixa	9.434	(16.214)
Itens que não afetam caixa (Nota 2.2)		
Transferências entre ativo financeiro e intangível	(168.802)	37.042
Transferências entre estoque e intangível	6.712	7.183
Juros capitalizados	22.311	22.836
Aumento de capital social com adiantamento para futuro aumento de capital	-	101.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital	
	Capital social	Auxílios para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	657.351	9.262	7.886	69.174	1.225	685.861	(232.478)	-	1.198.281	101.797	1.300.078	
Integralização de Capital	281.797	-	-	-	-	(180.000)	-	-	101.797	(101.797)	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.753	12.753	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(2.229)	2.229	-	-	-	
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	253.982	-	253.982	-	253.982	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	163.877	163.877	-	163.877	
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(54.913)	(54.913)	-	(54.913)	
Constituição de reservas	-	-	-	8.194	291	102.708	-	(111.193)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	939.148	9.262	7.886	77.368	1.516	608.569	19.275	-	1.663.024	12.753	1.675.777	
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.f	-	-	-	-	-	-	-	-	6.577	6.577	
Realização da reserva de reavaliação	20.c	-	-	-	-	-	(1.914)	1.914	-	-	-	
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	130.502	-	130.502	-	130.502	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	207.872	207.872	-	207.872	
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio	20.d	-	-	-	-	-	-	(111.821)	(111.821)	-	(111.821)	
Constituição de reservas	20.e	-	-	-	10.394	143	87.428	(97.965)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		939.148	9.262	7.886	87.762	1.659	695.997	147.863	-	1.889.577	19.330	1.908.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966. O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Obras, Saneamento e Habitação. O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades. Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul. Atua em 316 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 288 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 286 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2016, há 15 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

### 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### 2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 13 de março de 2017. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

#### 2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

#### 2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

#### 2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

#### 2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

#### 2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### 2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### 2.9) Ativos intangíveis

#### Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica onde os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

#### 2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com Fundação CORSAN. A Companhia não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, operações com instrumentos derivativos.

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

#### Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

#### Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 2.11) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695 de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência. Desde 1º de janeiro de 2013, ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria. O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação CORSAN.

#### 2.13) Impostos

##### Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

##### Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS - Imposto sobre Serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.14) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### Prestitação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

#### Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico - financeiro de cada contrato. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (2,08% em 2016 e 2,76% em 2015). A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

#### Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

### 2.15) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas Demonstrações Contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL. As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 20d.

### 2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB). Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - Demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

### 2.17) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2016 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

### 2.18) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### 2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

### 2.20) Programa de participação nos lucros e resultados - PPLR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

### 2.21) Redução ao valor recuperável - Impairment

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

### 2.22) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

## 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no País. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o País.

#### Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

## 4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS AINDA NÃO EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são abaixo apresentadas. Porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens e serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nos IFRS e nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US Gaap") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A nova norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.
- IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa - Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações à IAS 7 tem vigência a partir de 01/01/2017
- IAS 12 Tributos sobre o lucro - Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecer orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. As alterações à IAS 12 têm vigência a partir de 01/01/2017.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções. Considerando as atuais operações da Companhia, a administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1	1
Depósitos bancários	8.752	9.417
Aplicação de liquidez imediata	21.833	11.734
	<b>30.586</b>	<b>21.152</b>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo totalizam R\$13.083 em 31 de dezembro de 2016 (R\$31.809 em 31 de dezembro de 2015) e referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$55.343 em 31 de dezembro de 2016 (R\$46.057 em 31 de dezembro de 2015) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Bannisul e Caixa Econômica Federal. O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	Valor
Bannisul Reserva BNDES PAC 1	2023	6.673
Bannisul Reserva BNDES PAC 2	2027	4.913
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	43.757
		<b>55.343</b>

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber vincendas		
Particular	148.840	132.240
Pública	12.330	12.254
Contas a receber vencidas		
Particular	65.500	57.710
Pública	19.152	30.649
Receitas a faturar	68.639	58.745
Total de contas a receber	314.461	291.598
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.331)	(14.772)
	<b>304.130</b>	<b>276.826</b>
Circulante	299.631	272.110
Não circulante	4.499	4.716

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	148.840	12.330	132.240	12.254
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	38.708	4.200	38.456	3.752
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	14.741	6.238	11.083	6.754
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	7.071	3.363	4.641	8.901
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	3.694	2.607	1.410	9.589
Créditos vencidos - mais de 360 dias	1.286	2.744	2.120	1.653
	<b>214.340</b>	<b>31.482</b>	<b>189.950</b>	<b>42.903</b>

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar. A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14). A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(14.772)	(6.792)
Adições	(30.634)	(14.128)
Reversões/realização de perda	35.075	6.148
Saldo no final do exercício	<b>(10.331)</b>	<b>(14.772)</b>

### 7. ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Tubulações de água e esgoto	48.104	24.843
Materiais de tratamento/laboratório	31.794	26.482
Materiais diversos	15.217	15.102
	<b>95.115</b>	<b>66.427</b>

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

### 8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Classificados no Ativo Não Circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	284.409	277.296
<b>Classificados no Passivo Não Circulante</b>		
Pasep e Cofins diferidos	13.096	13.519

#### a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32(R2) vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

#### Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	700.506	757.134
Provisão para contribuição adicional a Fundação CORSAN	4.472	34.007
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	549.884	430.264
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.331	14.772
Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	9.610	9.610
Provisões para perdas - outras	76.585	62.633
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	29.080	40.400
Reserva de reavaliação	(74.429)	(73.792)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(275.270)	(297.523)
Encargos financeiros capitalizados	(194.194)	(174.708)
Varição cambial tributada por regime de caixa	(3.502)	7.403
Outras provisões e diferenças temporárias	3.424	5.375
Total das diferenças temporárias	<b>836.497</b>	<b>815.575</b>
Alíquota vigente	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<b>284.409</b>	<b>277.296</b>

#### Conciliação alíquota efetiva

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	254.784	220.072
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(86.627)	(74.825)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	38.019	18.670
Incentivos fiscais	5.769	3.655
Outras diferenças permanentes	(4.073)	(3.695)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>(46.912)</b>	<b>(56.195)</b>
Corrente	(121.254)	(100.866)
Diferido	74.342	44.671
Alíquota efetiva	18%	26%

#### b) COFINS e PASEP Diferidos

	31/12/2016			31/12/2015		
	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
COFINS e PASEP Diferidos						
RTT	10.760	2.336	13.096	11.108	2.411	13.519
Total COFINS e PASEP	<b>10.760</b>	<b>2.336</b>	<b>13.096</b>	<b>11.108</b>	<b>2.411</b>	<b>13.519</b>
Valor passivo	(10.760)	(2.336)	(13.096)	(11.321)	(2.457)	(13.778)
Valor ativo	-	-	-	213	46	259

### 9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos com prefeituras municipais	3.096	3.419
Adiantamento de férias	3.333	3.920
Indenizações judiciais a receber	4.131	3.605
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.868	1.799
Valores a compensar	1.035	1.916
Créditos diversos	432	1.485
	<b>13.895</b>	<b>16.144</b>
Circulante	7.014	9.535
Não circulante	6.881	6.609

### 10. ATIVOS FINANCEIROS - CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, R\$402.336 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$322.819 em 31 de dezembro de 2015). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros	1.123.179	943.916
(-) Ajuste a valor presente	(720.843)	(621.097)
	<b>402.336</b>	<b>322.819</b>

#### Movimentação do Ativo Financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	322.819	292.042
Constituição/realização de AVP	36.706	26.803
Adições/(Baixas)	(125.991)	41.016
Transferências líquidas	168.802	(37.042)
Saldo no final do exercício	<b>402.336</b>	<b>322.819</b>

#### Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$23.060 (R\$24.246 em 31 de dezembro de 2015) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01 em 2010.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$34.250 (R\$36.856 em 31 de dezembro de 2015) e foi reclassificado para o ativo financeiro em 2011.

### 11. IMOBILIZADO

	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Custo				
Saldos em 31/12/2015	22.128	310.001	136	332.265
Adições	-	18.534	248	18.782
Baixas	-	(686)	-	(686)
Transferências	-	(1.029)	-	(1.029)
Saldos em 31/12/2016	<b>22.128</b>	<b>326.820</b>	<b>384</b>	<b>349.332</b>

	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Depreciação				
Saldos em 31/12/2015	(18.060)	(225.845)	-	(243.905)
Depreciações	(625)	(13.050)	-	(13.675)
Baixas	-	648	-	648
Saldos em 31/12/2016	<b>(18.685)</b>	<b>(238.247)</b>	<b>-</b>	<b>(256.932)</b>

	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos líquidos em 31/12/2015	4.068	84.156	136	88.360
Saldos líquidos em 31/12/2016	<b>3.443</b>	<b>88.573</b>	<b>384</b>	<b>92.400</b>

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$10.680 (R\$10.176 em 31 de dezembro de 2015), R\$1.507 (R\$1.119 em 31 de dezembro de 2015) como despesa comercial e R\$1.488 (R\$1.510 em 31 de dezembro de 2015) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

### 12. INTANGÍVEL

	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Custo					
Saldos em 31/12/2015	904.507	696.603	147.319	1.116.177	2.864.606
Adições	14.413	2.541	9.191	258.660	284.805
Baixas	(7)	-	(128)	(1.860)	(1.995)
Transferências	52.444	164.442	2.377	(244.640)	(25.377)
Saldos em 31/12/2016	<b>971.357</b>	<b>863.586</b>	<b>158.759</b>	<b>1.128.337</b>	<b>3.122.039</b>

	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Amortização					
Saldos em 31/12/2015	(201.467)	(95.506)	(40.087)	-	(337.060)
Amortizações	(47.224)	(34.867)	(9.677)	-	(91.768)
Baixas	2	-	90	-	92
Saldos em 31/12/2016	<b>(248.689)</b>	<b>(130.373)</b>	<b>(49.674)</b>	<b>-</b>	<b>(428.736)</b>

	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Saldos líquidos em 31/12/2015	703.040	601.097	107.232	1.116.177	2.527.546
Saldos líquidos em 31/12/2016	<b>722.668</b>	<b>733.213</b>	<b>109.085</b>	<b>1.128.337</b>	<b>2.693.303</b>

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$91.768 (R\$84.113 em 31 de dezembro de 2015).

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$22.311 (R\$22.836 em 31 de dezembro de 2015). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 7,3% a.a.

### 13. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multi-localizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos. Pelo motivo acima exposto a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	30.968	25.077	187.070	157.169
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	12.921	15.649	35.674	56.989
Caixa Econômica Federal				7.047	7.665	157.256	124.047
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	17/02/30	7.047	7.631	156.459	123.182
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8,27%	31/03/17	-	34	797	865
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	-	41	-	-
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	146	145	882	910
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.733	2.314	18.560	18.981
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	349	344	3.085	3.317
				<b>53.164</b>	<b>51.235</b>	<b>402.527</b>	<b>361.413</b>

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que se cumpridas possibilitam a Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 31 de dezembro de 2016 os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:  
Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.116	2.123	7.366	9.514
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.042	3.853	14.805	17.360
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.931	2.900	8.921	11.646
			<b>9.089</b>	<b>8.876</b>	<b>31.092</b>	<b>38.520</b>

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.109 (R\$3.012 em 31 de dezembro de 2015).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento Líquido Total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita Líquida	Igual ou inferior a 26%

Em 31 de dezembro de 2016 os índices estavam integralmente atendidos.

### 16. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2016	31/12/2015
Consignações a recolher	5.920	5.446
Depósitos e retenções contratuais	4.696	5.338
Convênio Sesi	121	249
Outras contas a pagar	615	189
	<b>11.352</b>	<b>11.222</b>

### 17. CONTRATO DE REPASSE

#### a) Orçamento Geral do Estado - OGE

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado - OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Barrisul, e a CORSAN, que têm por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 31 de dezembro de 2016 (R\$4.090 em 31 de dezembro de 2015). Historicamente estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

#### b) Agência Nacional das Águas - ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 - PRODES entre a Agência Nacional das Águas - ANA e a Companhia, que têm por finalidade a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.142 em 31 de dezembro de 2015).

### 18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	353.676	76.588	248.443	86.241
Adições	211.048	52.454	227.024	19.049
Saques/Reversões	(148.344)	(12.973)	(130.824)	(31.521)
Despesa financeira	14.989	2.446	9.033	2.819
Saldo final	<b>431.369</b>	<b>118.515</b>	<b>353.676</b>	<b>76.588</b>
Total		<b>549.884</b>		<b>430.264</b>
Circulante		<b>218.959</b>		<b>139.319</b>
Não circulante		<b>330.925</b>		<b>290.945</b>

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	221.840	176.762
Adições	217.410	149.426
Saques/Reversões	(167.008)	(104.348)
Saldo final	<b>272.242</b>	<b>221.840</b>
Circulante	<b>108.686</b>	<b>72.815</b>
Não circulante	<b>163.556</b>	<b>149.025</b>

As principais contingências provisionadas são:

#### Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$66.577 (R\$61.447 em 31 de dezembro de 2015).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 1.891 ações. Em 31 de dezembro de 2016 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$364.792 (R\$292.229 em 31 de dezembro de 2015).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$217.395 em 31 de dezembro de 2016 (R\$121.056 em 31 de dezembro de 2015).

#### Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2015).

b) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 2.272 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$107.957 (R\$66.423 em 31 de dezembro de 2015).

c) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$5.890 em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.497 em 31 de dezembro de 2015).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$170.410 em 31 de dezembro de 2016 (R\$247.477 em 31 de dezembro de 2015).

### 19. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2016	31/12/2015
Plano de benefício definido	361.145	-
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	72.871	53.790
Incentivo à demissão voluntária	266.490	703.344
	<b>700.506</b>	<b>757.134</b>

#### Contribuição esperada para a patrocinadora

	2017	2016
Plano de benefício definido	47.090	46.959
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	2.346	9.100
Incentivo à demissão voluntária	66.350	63.416
	<b>115.786</b>	<b>119.475</b>

#### a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo):

#### Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações atuariais	1.779.259	1.275.859
Valor justo dos ativos do plano	(1.313.128)	(1.196.328)
Passivo/ (ativo) atuarial líquido total reconhecido	<b>466.131</b>	<b>79.531</b>
Restrição do déficit contratado	-	78.554
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 21.b)	(104.986)	(158.085)
Passivo atuarial provisionado	<b>361.145</b>	-

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora FUNCORSAN no valor de R\$104.986 em 31 de dezembro de 2016 (R\$158.085 em 31 de dezembro de 2015).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2016 e 2015 foi a seguinte:

	2016	2015
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	158.085	633.686
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	116.679	47.923
Contribuições do empregador vertidas no ano	(79.055)	(79.183)
Outros resultados abrangentes	270.422	(444.341)
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	<b>466.131</b>	<b>158.085</b>

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2016, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2017 são explicadas no quadro a seguir:

	2017	2016
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	32.416	21.706
Contribuições esperadas de participantes	(54.548)	(54.785)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	225.719	193.246
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(140.450)	(43.488)
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	<b>63.137</b>	<b>116.679</b>

#### Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2016	2015
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.441.419	1.674.343
Custo do serviço corrente bruto	21.706	25.010
Juros sobre obrigação atuarial	193.246	204.979
Benefícios pagos no ano	(141.552)	(113.216)
(Ganhos)/perdas atuariais	428.859	(349.697)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	<b>1.943.678</b>	<b>1.441.419</b>

#### Evolução do valor justo do ativos

	2016	2015
Valor justo dos ativos no início do ano	1.196.328	1.040.657
Benefícios pagos durante o exercício	(141.552)	(113.216)
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	54.785	51.601
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	79.056	79.184
Rendimento esperado dos ativos no ano	43.488	130.464
(Ganhos)/perdas atuariais	81.023	7.638
Valor justo dos ativos no fim do ano	<b>1.313.128</b>	<b>1.196.328</b>

#### b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS. A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN. Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações atuariais	72.871	53.790
Passivo atuarial provisionado	<b>72.871</b>	<b>53.790</b>

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2016 e 2015 foi a seguinte:

	2016	2015
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	53.790	71.445
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	8.180	11.261
Contribuições do empregador vertidas no ano	(11.049)	(8.571)
Outros resultados abrangentes	21.950	(20.345)
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	<b>72.871</b>	<b>53.790</b>

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2016, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2017, são explicadas no quadro a seguir:

	2017	2016
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	1.878	1.306
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	7.752	6.874
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	<b>9.630</b>	<b>8.180</b>

#### Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2016	2015
Valor das obrigações atuariais no início do ano	53.790	71.445
Custo do serviço corrente bruto	1.306	2.077
Juros sobre obrigação atuarial	6.874	9.184
Benefícios pagos no ano	(11.049)	(8.571)
(Ganhos)/ perdas atuariais	21.950	(20.345)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	<b>72.871</b>	<b>53.790</b>

#### c) Incentivo à Demissão Voluntária

A CORSAN assegura um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 - 2017.

Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

#### c.1) Indenização de pagamento único

- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016;  
- Ter 54 anos de idade completos ou mais;  
- Possuir mais de 20 anos de vínculo empregatício com a CORSAN;  
O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$296.838 conforme segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 54 anos: 21 remunerações base;
- 55/56 anos: 19 remunerações base;
- 57/58 anos: 17 remunerações base;
- 59 ou mais: 16 remunerações base;

### c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
- Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
- Estar desligado da CORSAN.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completarem as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações atuariais	266.490	703.344
Passivo/(ativo) atuarial provisionado	266.490	703.344

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2016 e 2015 foi a seguinte:

	2016	2015
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	703.344	595.213
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	116.560	87.998
Contribuições do empregador vertidas no ano	(63.311)	(59.731)
Outros resultados abrangentes	(490.103)	79.864
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	266.490	703.344

A origem da despesa reconhecida durante o exercício de 2016, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2017, são explicadas no quadro a seguir:

	2017	2016
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	36.561	23.606
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	25.618	92.954
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	62.179	116.560

### Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2016	2015
Valor das obrigações atuariais no início do ano	703.344	595.213
Custo do serviço corrente bruto	23.606	15.899
Juros sobre obrigação atuarial	92.954	72.099
Benefícios pagos no ano	(63.311)	(59.731)
(Ganhos)/ perdas atuariais	(490.103)	79.864
Valor das obrigações atuariais no final do ano	266.490	703.344

### d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

	2016	2015
<b>Econômicas e financeiras</b>		
Taxa de desconto atuarial - real	5,71% a.a.	7,36% a.a.
Taxa de desconto atuarial - nominal	10,79% a.a.	13,99% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - real	5,71% a.a.	7,36% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal	10,79% a.a.	13,99% a.a.
Taxa de crescimento salarial - real	2,18% a.a.	2,18% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios - nominal	4,80% a.a.	6,17% a.a.
Inflação projetada	4,80% a.a.	6,17% a.a.
Fator de capacidade	98,02%	98,00%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,89%	4,99%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,89%	4,99%
<b>Demográficas</b>		
Tábua de mortalidade geral basic male	AT 2000 (A5%) basic male	AT 2000 (A5%)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 male (A100%)	AT 49 male (A100%)
Tábua de entrada em invalidez	TASA - 1927	TASA - 1927
Tábua de rotatividade	Gama Exp. Tot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Tot. Funcorsan 2015
Entrada em aposentadoria	100% de elegibilidade	100% de elegibilidade
Composição familiar	61%/84% casados, mulher/homens.	61%/84% casados, mulher/homens.
Benefícios a conceder e concedidos	3/4 anos mulher mais jovem para participantes mulheres e homens	3/4 anos mulher mais jovem para participantes mulheres e homens

O retorno dos investimentos da Fundação Corsan em 2016 foi de R\$191.335 (R\$139.188 em 2015)

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

Segmento	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 percentagem ou faixa de percentagem
	2016	2015	
Renda Fixa	87,58%	85,44%	100%
Renda Variável	3,41%	5,34%	70%
Investimentos Estruturados	0,35%	0,18%	20%
Carteira de Imóveis	5,51%	5,70%	8%
Empréstimos	3,14%	3,33%	15%
Disponível	0,01%	0,01%	-
<b>Fundo Garantidor</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 30 de abril de 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, 202 funcionários já haviam se desligado da Companhia. No exercício a despesa com desligamento foi de R\$63.311 (R\$59.731 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada FUNCORSAN no valor de R\$104.986 em 31 de dezembro de 2016 (R\$158.085 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$141.101. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base.

### Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

### Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Funcorsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. Sendo gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Funcorsan.

### Política de investimentos

A Funcorsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

### Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

### Gestão de recursos

A Funcorsan delega à Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

### Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

### Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No exercício de 2016 as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

### 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Companhia é de R\$939.148, estando assim representado:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais(%)
Acionistas						
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
	<b>306.756.816</b>	<b>306.756.816</b>	<b>613.513.632</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

#### b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

#### c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2016 monta R\$74.414 (R\$76.328 em 31 de dezembro de 2015) líquida de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 - Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no período findo em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$1.914, líquido dos efeitos tributários (R\$2.229 em 31 de dezembro de 2015).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$73.449, líquidas dos efeitos de créditos tributários (R\$57.053 em 31 de dezembro de 2015).

#### d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	207.872	163.877
(-) Reserva legal (5%)	(10.394)	(8.194)
(+) Ajustes lei nº 12.973/14	204	-
(-) Reserva de incentivos fiscais	(143)	-
Base de cálculo para dividendos	197.539	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%) a pagar	49.385	38.921
Juros sobre capital próprio a pagar	62.436	15.992
Total dos juros e dividendos distribuídos	111.821	54.913

Para apuração dos dividendos mínimos obrigatórios foram considerados os métodos e critérios contábeis vigentes, conforme estabelece a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76. Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são conforme o demonstrado a seguir:

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Total Dividendos	JSCP - valor líquido	Dividendos propostos (R\$)
Ações ordinárias	23.517	29.731	-
Ações preferenciais	25.868	32.705	-
	<b>49.385</b>	<b>62.436</b>	-

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$111.821 (R\$54.913 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$38.019 (R\$18.670 em 31 de dezembro de 2015) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido. A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do Imposto de renda retido na fonte.

#### e) Reservas de lucros

##### Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

##### Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

##### Reserva de retenção de lucros

A administração propõe, sujeito à aprovação da Assembleia Geral, a destinação do montante de R\$87.428 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados. Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

#### f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$19.330, totalizando em 31 de dezembro de 2016 (R\$12.753 em 31 de dezembro de 2015), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União - OGU e Fundação Nacional da Saúde - FUNASA.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível.

### 21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2016	31/12/2015
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	17.774	34.093
Aplicações no caixa único do Estado	157	729
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(169.362)	(130.553)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual.

#### b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

##### b.1) Contratos de dívidas

Composição da Dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	3.720	3.464	754	3.823
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	19.434	18.165	50.075	60.817
Contrato 122005		(*)	01/12/18	12.503	10.552	18.500	32.550
TAC	INPC	6% a.a.	31/12/18	-	-	-	28.714
				<b>35.657</b>	<b>32.181</b>	<b>69.329</b>	<b>125.904</b>

(\*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos). Em 31 de dezembro de 2016, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2018	36.422
2019	17.169
2020	15.738
	<b>69.329</b>

#### c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$3.085 (R\$6.406 em 31 de dezembro de 2015).

### 22. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de abastecimento de água	2.195.204	1.948.642
Serviços de esgoto	140.493	121.416
Outras receitas de serviços prestados	37.568	17.476
Receitas de construção	205.191	184.066
Impostos sobre receita serviços	(216.880)	(191.412)
	<b>2.361.576</b>	<b>2.080.188</b>

### 23. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	947.136	838.453
Materiais	75.377	70.252
Energia elétrica	215.733	212.015
Serviços de terceiros	267.623	242.088
Gerais	109.862	127.504
Depreciações e amortizações	105.443	96.918
Provisões	227.163	82.321
Custos de construção	201.009	179.114
Outras (receitas)despesas operacionais, líquidas	1.543	6.406
	<b>2.150.889</b>	<b>1.855.071</b>
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.520.411	1.351.935
Despesas comerciais	105.741	80.267
Despesas administrativas	523.194	416.463
Outras (receitas)despesas operacionais, líquidas	1.543	6.406
	<b>2.150.889</b>	<b>1.855.071</b>

### 24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras	119.633	90.291
Acréscimos por inadimplementos	27.442	24.168
Variações monetárias ativas	20.697	10.916
Receitas financeiras pela realização de AVP	36.706	26.804
Variações cambiais ativas	19.005	8.183
Outras receitas financeiras	15.783	20.220
Despesas financeiras	(75.536)	(95.336)
Juros e taxas sobre financiamentos	(11.032)	(7.571)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(10.217)	(16.049)
Variações monetárias passivas	(45.425)	(39.751)
Variações cambiais passivas	(8.862)	(31.965)
Resultado financeiro líquido	<b>44.097</b>	<b>(5.045)</b>

### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

#### a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• **Caixa e equivalentes de caixa** – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.

- **Aplicações financeiras** – referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.
- **Contas a receber** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.
- **Ativos financeiros** – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados.
- **Contas a pagar** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável.
- **Empréstimos e financiamentos e debêntures** – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.
- **Dívidas com a Fundação CORSAN** – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 22.b. A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

#### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

#### c) Gerenciamento de Riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

##### a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

##### b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	53.205	157.499	262.124	472.828
Debêntures	11.601	27.468	4.221	43.290
Fornecedores	126.344	-	-	126.344
Dívidas com Fundação Corsan	37.796	56.806	16.682	111.284
	<b>228.946</b>	<b>241.773</b>	<b>283.027</b>	<b>753.746</b>

##### c) Risco de mercado:

**Risco da taxa de juros:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

**Risco de taxas de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

#### Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2016 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2016	(Perdas) / Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(189.058)	(1.792)	(1.493)	(2.240)	(2.800)	(3.360)
Empréstimos	TJLP	(218.038)	(13.082)	(10.902)	(16.353)	(20.441)	(24.529)
Empréstimos	US Dólar	(48.595)	(8.219)	(14.949)	(1.875)	(14.492)	(27.109)
Debêntures	TJLP	(40.181)	(2.411)	(2.009)	(3.014)	(3.767)	(4.520)
		<b>(495.872)</b>	<b>(9.066)</b>	<b>545</b>	<b>(23.482)</b>	<b>(41.500)</b>	<b>(59.518)</b>
Indexador	TR / UPR		0,95	0,79	1,18 *	1,48	1,78
	TJLP		6,00	5,00	7,50 **	9,38	11,25
	US Dólar	3,37	2,80	2,33	3,50 ***	4,38	5,25

Fontes:

\* Portal Brasil

\*\* BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

\*\*\* Focus - Relatório de Mercado

#### d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015. O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia incluiu na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	14	455.691	412.648
Debêntures	15	40.181	47.396
Fornecedores		126.344	121.059
Dívida Funcorsan	21.b	104.986	158.085
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(30.586)	(21.152)
(-) Aplicações financeiras	5	(68.426)	(77.866)
Dívida líquida		628.190	640.170
Patrimônio e Adiantamentos		1.908.907	1.675.777
Capital social e dívida líquida		<b>2.537.097</b>	<b>2.315.947</b>
Quociente de alavancagem		<b>24,76%</b>	<b>27,64%</b>

### DIRETORIA

Flavio Ferreira Presser  
Diretor Presidente  
CPF nº 192.190.830-00

Marcus Vinicius Vieira de Almeida  
Diretor Administrativo  
CPF nº 000.625.630-92

Jorge Luiz Costa Melo  
Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores  
CPF nº 149.304.120-72

Eduardo Barbosa Carvalho  
Diretor de Operações  
CPF nº 414.119.780-72

Antonio Gomes  
Diretor Técnico  
CPF nº 266.196.100-30

Luciano Eli Martin  
Diretor Comercial  
CPF nº 375.607.350-53

Marcus Vinicius Caberlon  
Diretor de Expansão  
CPF nº 198.669.250-72

Graziela Bohn Flores  
Superintendente de Contabilidade  
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7  
CPF nº 911.643.110-34

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ilmos. Srs.  
Conselheiros, Diretores e Acionistas da  
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
Porto Alegre - RS

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - (IASB).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**  
Conforme mencionado na nota 13, a Companhia adota a política de não contratar cobertura de apólice de seguro que garanta indenização em caso de eventual sinistro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### Informação suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, Rogério Alves Rios, Paulo Marques dos Reis e Felipe Henrique Giaretta, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificada que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2016, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em Abril de 2016, contempla o pagamento sob a forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Os dividendos obrigatórios apurados (25% sobre o lucro) atingiram a cifra de R\$ 49.385 mil, sendo que a Companhia registrou, no decorrer do exercício de 2016 o valor de R\$ 111.821 mil, correspondente ao valor de juros sobre o Capital Próprio, já líquido de imposto de Renda Retido na Fonte não restando, portanto, nenhum valor a ser creditado, a título de Dividendos, relativos ao Exercício de 2016. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AUDILINK & CIA. AUDITORES e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal declara que os documentos estão aptos à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN.

Porto Alegre, 15 de março de 2017.

ROGÉRIO ALVES RIOS

PAULO MARQUES DOS REIS

FELIPE HENRIQUE GIARETTA

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Eldorado do Sul, 13 de março de 2017.

Audilink & Cia. Auditores  
CRC-RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi  
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

### MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 16 de março de 2017.

AUGUSTO ARNOLD FILHO  
Presidente do Conselho

FLAVIO FERREIRA PRESSER  
Conselheiro

SILVÉRIO MIRANDA NETO  
Conselheiro

ODIR LUIZ BACCARIN  
Conselheiro

CLIVER ANDRÉ FIEGENBAUM  
Conselheiro